



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à TV Bandeirantes

Palácio da Alvorada, 26 de novembro de 2003

Jornalista: O Canal Livre de hoje tem uma conversa muito especial com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Participam comigo desta entrevista os jornalistas Antônio Teles, Fernando Mitre, Ricardo Boechat e Marcelo Parada.

Presidente, Boa noite.

Presidente: Boa Noite, Bira.

Jornalista: O senhor está a um passo de completar um ano de governo. É o momento do ano em que a sociedade faz reflexões sobre suas ações, sobre suas atitudes. E, certamente, o senhor também deve fazer isso, quase que diariamente.

Queria que, pontualmente, o senhor me dissesse qual é a sua maior alegria neste primeiro ano de governo, qual a sua maior frustração neste primeiro ano de governo.

Presidente: Olhe, eu acredito que a maior alegria que eu tive no governo foi poder chegar ao final do ano, depois de onze meses de governo, e ter a certeza de que nós conseguimos evitar que o barco afundasse. Ou seja, quando nós ganhamos as eleições, nós tínhamos um país sem credibilidade externa para financiamento das nossas exportações, tínhamos uma perspectiva inflacionária de mais de 40% nos doze meses futuros e tínhamos um risco-Brasil a 2.400 pontos.

A pergunta que se fazia na época era se nós teríamos condições de



fazer com que o Brasil não afundasse. Onze meses depois, nós estamos com recordes mensais de exportação. Depois de longos anos, nós estamos registrando, pela primeira vez, superávit na conta do déficit de conta corrente. Estamos com quase 4 bilhões de superávit. E nós estamos vendo a economia brasileira voltar a crescer, com os juros futuros estando a 9,9%, ou seja, projetados para os próximos doze meses. Significa que nós conseguimos aquilo que não parecia possível para alguns analistas, os imediatistas, aqueles que fazem política teórica, ou seja, aqueles que achavam que o Brasil não ia dar certo, que o Brasil ia afundar, que o Brasil ia quebrar. E, hoje, nós conseguimos falar: o Brasil está pronto para crescer, está pronto para gerar os empregos que nós tanto sonhamos e queremos criar, e o Brasil está pronto para ter uma inserção no mundo globalizado com muito mais ousadia do que teve até este momento da sua História. Portanto, eu tenho razões de estar feliz.

O que me frustra? Frustra-me não poder fazer tudo aquilo que a gente sonha fazer. Ou seja, as coisas não acontecem com a rapidez que nós gostaríamos que acontecessem. Nós temos uma dívida social imensa, que envolve quase 55 milhões de brasileiros. Isso não se resolve do dia para a noite. É um processo. E estou convencido de que nós vamos cumprir aquilo que eu disse no início do meu mandato: nós vamos começar fazendo o possível. Depois, vamos fazer o necessário. E, quando menos se esperar, estaremos fazendo o impossível. E é isso que eu conto para os próximos anos do meu governo.

Jornalista: Mas, Presidente, o primeiro ano se foi. Quer dizer, o senhor tem mais três anos para cumprir as promessas de campanha. Uma promessa ou um desejo expresso durante a campanha são os 10 milhões de empregos. Evidentemente, é impossível conversar com o Presidente sem falar nisso.

O senhor tem três anos para chegar aos 10 milhões de empregos. Este ano, nós vamos crescer o quê? Meio por cento? Há uma polêmica entre 0,4%



ou 0,8%. Então, tem três anos. Se, no ano que vem, crescermos 3% ou 3,5%, isso aí vai significar o quê? Um milhão e meio de novos empregos? Ficarão dois anos para 8 milhões e meio de empregos. Essa meta está bem distante, não está?

Presidente: Mitre, agora, depois de um ano da campanha, fica mais fácil falar desse assunto. Se você pegar o nosso programa de governo, que está escrito desde junho do ano passado, em nenhum momento nós prometemos criar 10 milhões de empregos.

Jornalista: Mas é um horizonte, não é?

Presidente: Se você pegar o que está dito lá, o que nós constatamos é que o Brasil precisa criar, no mínimo (...) milhões de empregos. Ora, a diferença entre dizer isso e dizer que vou criar é uma diferença muito grande. O dado concreto é que nós precisamos trabalhar para criar o maior número de empregos possível, porque, na minha opinião, o emprego é aquilo que dá dignidade à pessoa humana. É o cidadão poder trabalhar e, no final do mês, receber o seu salário, comprar coisas para si e para a sua família, sem viver de favor de ninguém. Não tem nada que dê mais auto-estima e mais orgulho às pessoas. Nós vamos trabalhar para isso.

Ora, o que aconteceu nesse primeiro ano, em que você não pôde gerar os empregos que você sonhava gerar? Veja, nós pegamos o governo, dia 1º de janeiro, tivemos que fazer um corte orçamentário de 14 bilhões de reais. Por que nós fizemos o corte? Porque fizeram um orçamento que não tinha dinheiro. E você não pode ficar inventando dinheiro contábil. Ou seja, ou você tem dinheiro para gastar ou não tem.

E, depois, deixaram para nós 10 bilhões de reais de restos a pagar. Ou seja, nós tínhamos que tomar uma decisão: ou nós fazíamos como



historicamente se faz neste país, fingíamos estar administrando com seriedade e íamos levando o barco, inventando o orçamento, ou nós dizíamos: “Não tem dinheiro. Não vamos gastar. Não vamos gastar e acabou.” Tomamos a decisão, fizemos um corte orçamentário e dissemos o seguinte: Olhem, nós precisamos aprender a gastar melhor o pouco que temos. Se é possível, neste país, um trabalhador, com 240 reais, sustentar sua família, é possível que cada ministro possa medir, de forma muito cuidadosa e cautelosa, como melhor gastar o dinheiro que tem, já que não temos todo o dinheiro que gostaríamos de gastar.

Todo mundo gostaria de ter um país de 5 milhões de habitantes e um PIB do tamanho do PIB americano, porque, aí, você faria tudo que você quer e um pouco mais. Como, normalmente, você tem os países com um orçamento inferior à necessidade de gastos, você precisa aprender com a dona-de-casa, aprender com o aposentado, aprender com o trabalhador comum.

Nós temos muita coisa para fazer no país. Coisas que podem gerar milhões de empregos no Brasil. Veja, em 2002, o governo tinha investido apenas 262 milhões de reais em saneamento básico. Neste ano, nós já investimos, só da Caixa Econômica Federal, quase 1 bilhão e 400 milhões, ou seja, quase sete vezes mais.

Então, nós temos obras de infra-estrutura, temos saneamento básico, temos a política agrícola e temos a reforma agrária, que são mecanismos de criação de empregos. Além do que, nós criamos o Ministério do Turismo, que é uma fonte geradora de empregos extraordinária. De forma que estou tranquilo com a possibilidade de que vamos gerar muitos empregos no Brasil. Ou seja, nós preparamos a base, construímos o alicerce de tudo aquilo que queremos fazer daqui para a frente.

E as coisas têm que ser feitas, Mitre, com o maior cuidado possível. Veja, eu não quero pegar o povo brasileiro de sobressalto. Porque o Brasil é assim: de vez em quando, você anuncia uma medida pomposa, todo mundo



entra em êxtase e, seis meses depois, todo mundo está em depressão, porque aquilo não deu certo. Então, muitas vezes, eu prefiro dar um passo adequado ao tamanho da minha perna, porque se eu der um passo maior, posso ter uma distensão e parar de caminhar. E eu quero caminhar seguidamente para a frente, na perspectiva de que o Brasil tem que crescer mais de 3%. Nós temos que fazer esse esforço.

Nós apresentamos no Congresso Nacional, agora, o Parceria Pública Privada - PPP, que é uma novidade extraordinária neste país. Nós vamos começar a chamar, agora, a iniciativa privada, para que ela possa participar ativamente disso, porque nós partimos do pressuposto de que o que faz o dinheiro é o projeto. Não é o discurso. Você tem que ter um projeto para apresentar: "Está aqui o projeto, está aqui o marco regulatório". Em torno disso, nós queremos convidar empresários nacionais e estrangeiros a investirem no Brasil.

E, modéstia à parte, nós dedicamos, neste ano, um carinho imenso à política internacional, porque decidimos que, se você não consegue reduzir os juros com a pressa que o povo imagina que você possa reduzir, e se você não pode fazer a economia crescer na pressa que todo mundo deseja, nós temos que procurar um caminho para fazer a economia andar. E procuramos na nossa política externa. E os resultados estão sendo colhidos de forma excepcional.

Jornalista: Presidente, o senhor disse que o país está pronto para crescer. Mas, entretanto, o governo luta desesperadamente com o Congresso para aprovar duas reformas que são parciais, que ainda terão desdobramento ao longo dos anos. Agora, a reforma desse Estado, no seu sentido amplo, essa nem se fala, nem se toca ainda. Eu pergunto ao senhor o seguinte: como é que o país vai crescer com uma burocracia como a que existe hoje, em que o cidadão que precisa abrir uma empresa leva 180 dias, em que um contrato



para ser discutido na justiça leva 10 anos, em que a justiça está toda desaparelhada, quer dizer, como acabar com essas amarras do Estado, para que o crescimento se instale?

Presidente: Você não acha pouco as reformas, não, não é?

Jornalista: Acho.

Presidente: Você acha pouco? Não é possível!

Jornalista: Presidente, essas reformas, segundo o que se prometia, eram para serem aprovadas no primeiro trimestre.

Presidente: Não é verdade. Vamos pegar o compromisso que eu assumi em junho do ano passado, num debate da CNI, aqui em Brasília. Eu disse que nós íamos trabalhar o primeiro semestre para apresentar as propostas e que, no segundo semestre, nós colocaríamos para votação no Congresso Nacional. Agora, o Congresso é uma instituição autônoma. O Presidente da República não manda no Congresso – e é bom que não mande – porque no tempo que mandaram, o Brasil foi pior.

Então veja, porque que não se pergunta o seguinte: por que outros governos não fizeram o que eu fiz? Por que não mandaram para o Congresso Nacional a reforma da Previdência Social já votada na Câmara, a reforma da Política Tributária já votada na Câmara? Agora, o tempo da Câmara não é o tempo do Poder Executivo, é o tempo da Câmara, é o tempo dos acordos políticos.

Jornalista: Presidente, desculpe-me, mas o governo anterior mandou a reforma da previdência para a Câmara e o PT foi contra.



Presidente: Ah, Mitre, mas você! Pelo amor de Deus, Mitre!

Jornalista: Isso é uma verdade.

Presidente: Mitre, o PT tinha 50 deputados. Dizer que o PT atrapalhou a votação é, no mínimo, uma piada de mau gosto. O PT agora só tem 100 deputados e nós não perdemos nenhuma votação no Congresso Nacional, ainda. Sabe por quê, Mitre? Porque quem gosta de fazer política tem que ter paciência, precisa conversar, precisa articular, e é isso que nós estamos fazendo meu caro. Ou seja, você não acha louvável, extraordinário, que uma pessoa que não é cientista político consiga reunir os 27 governadores de estados, aqui em Brasília, e todos nós assinarmos um documento conjunto, mandar para o Congresso Nacional, e o Congresso Nacional já ter votado a reforma da previdência e a reforma tributária? Ora, ninguém vai votar aquela que é do governo, porque os deputados têm autonomia, os deputados pensam.

O dado é que nós fizemos o que muita gente está tentando fazer há 20 anos neste país e não conseguiu. E nós conseguimos. Com a boa vontade do Congresso Nacional, com a colaboração do Presidente João Paulo, do Presidente Sarney, com a colaboração dos governadores de estados, fizemos aquilo que muita gente jamais imaginou que nós pudéssemos fazer. E vamos aprovar este ano, se Deus quiser, para começar a discutir outras reformas, inclusive essa de tentar tornar o Estado mais ágil.

Ainda esta semana, eu tive uma conversa sobre política industrial. E este problema da demora de você concretizar a constituição de uma empresa entrou na pauta do dia, e nós vamos ter que começar a trabalhar. Agora, como você agiliza o papel do Estado? Porque o estado não é demorado apenas para quem está esperando. O Estado é demorado para o Presidente da República, para o ministro da Fazenda, para o ministro da Casa Civil, para o ministro do



Trabalho, para o ministro da Integração Regional. Muitas vezes você toma uma decisão e até você cumprir todo o ritual para concretizar aquela obra... E, ainda, muitas vezes, quando você está pensando o que vai fazer, não tem o licenciamento ambiental porque há problemas. Muitas vezes, o Tribunal de Contas da União diz que a obra tem irregularidade, e você precisa trabalhar com este tempo. O que precisa é a disposição política de fazer as coisas mudarem.

Porque eu tenho consciência, Teles, que se nós não fizermos as reformas que o Brasil precisa, ninguém fará. Sabe por que? Porque é difícil. Para fazer as reformas, eu tive que arrumar uma briga com a minha gente, ou seja, com a minha base de sustentação no movimento social. E disse para eles: nós vamos fazer porque é preciso fazer. Nós vamos fazer porque eu quero garantir que daqui a 30 anos o meu neto e o teu neto tenham a possibilidade de receber uma aposentadoria. Porque se deixar do jeito que está, a maioria dos Estados não poderá pagar. A reforma tributária é muito mais de interesse dos Estados do que minha, do governo Federal.

Aliás, eu vou lhe contar uma coisa, Teles, se fosse pensar, eleitoralmente, eu não faria reforma. Eu deixaria para os governadores fazerem. Entretanto, eu fiz. Eu duvido que algum governador neste país, do PFL, do PMDB, do PT, do PSDB, diga: houve qualquer discriminação do Presidente. Ou seja, todos, em todos os momentos, são chamados para que a gente possa ter a boa cumplicidade nas boas soluções para os problemas do Brasil. E vamos fazer, isso não é fácil, não. É muito mais fácil a gente teorizar, porque tudo que é novo é difícil de ser aceito pelas pessoas. Tudo que é novo, tudo que você põe alguma novidade as pessoas têm medo. Então, nós precisamos, com muito cuidado, ir preparando a sociedade para as mudanças que nós vamos fazer.

Nós temos ainda a reforma política, nós temos a reforma do Poder Judiciário, nós temos reforma na legislação trabalhista, nós temos a reforma da



estrutura sindical. São reformas profundas que vão levar o Brasil a um debate que jamais foi feito, a não ser na Constituição de 1988.

Jornalista: Presidente, eu queria voltar um pouco a esse primeiro item, a esse esboço de balanço do seu primeiro ano de governo, onde, curiosamente, a sua frustração maior e a sua alegria maior decorrem do ambiente econômico. Quer dizer, o senhor lamenta não ter podido executar tantas coisas quanto pretendia, mas comemora o fato de ter impedido que o Brasil afundasse, na sua expressão. Portanto, a área econômica foi determinante para lhe dar a maior alegria e as maiores frustrações desse primeiro ano.

Na área econômica, o problema maior é a falta de dinheiro, e este dinheiro falta para o trabalhador dos 240 reais como falta para o Estado realizar todos os projetos. E falta, como todo mundo diz, como todo mundo sabe, porque se paga em demasia juros das nossas dívidas interna e externa.

O senhor não acredita que poderia ter havido, por exemplo, na negociação com o Fundo Monetário Internacional, parâmetros melhores para que a economia brasileira desafogasse um pouco as suas contas? Por exemplo, algo como o que o FMI fez com a Argentina, pois o fundo tratou melhor a Argentina do que o Brasil, apesar de indicadores tão desfavoráveis para eles e favoráveis para nós.

Presidente: Mas me dá uma explicação, por que tratou melhor a Argentina?

Jornalista: Eu gostaria de ouvi-lo do senhor.

Presidente: Primeiro, cada país faz um acordo em função das suas necessidades. O Brasil, economicamente, está numa situação muito melhor do que a Argentina. O Brasil não chegou à situação da Argentina. A Argentina chegou a ter menos, quase 12% na queda do PIB. A Argentina, que para nós é



um parceiro extremamente importante, precisa crescer vários anos para chegar ao que era há seis ou sete anos. E o Brasil não está nessa situação.

Jornalista: Mas não seria o caso de ser presenteado com isto?

Presidente: Veja, os nossos problemas são outros. O nosso problema é o acúmulo da dívida social que você tem no Brasil. E nós vamos resolvê-los sem que a gente tenha que causar nenhum transtorno na quebra dos compromissos que o país assumiu. Eu estou convencido disto. Esse negócio de ficar dizendo que não tem dinheiro é apenas meia verdade. A outra verdade é que nós temos que ir atrás do dinheiro. A outra verdade é que nós temos que procurar quem tem dinheiro para fazer aquilo que nós entendemos que precisa ser feito. Afinal, o Estado não pode mais ser o indutor do crescimento, como foi na década de 70. Nós acabamos de fazer um aporte, no BNDES, que sai de 34 bilhões de capacidade de investimento em 2003, para quase 78 bilhões em 2004. Ou seja, praticamente, mais que o dobro de financiamento do BNDES. Isso nós vamos fazer com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil. Por quê? Porque nós temos consciência de que o Estado jamais vai voltar a ser o Estado que era na década de 50, na década de 60.

O que nós queremos, na verdade, é fazer uma parceria, por isso mandamos para a Câmara o projeto do PPP, para que os empresários sejam parceiros na construção de obras de infra-estrutura, tão necessárias ao Brasil, como a questão das estradas, das ferrovias, da energia e das telecomunicações. Esse é um filé que nós queremos apresentar, e estamos fazendo isto, estamos muito otimistas com os empresários internos e externos de que nós vamos entrar numa fase em que realizaremos a infra-estrutura que faltou no nosso país.

Jornalista: Presidente, eu só queria...



Presidente: Em relação á questão da dívida externa, nós temos um problema, pois quase 70% da dívida externa é privada. E a pública, nós negociamos de acordo com os nossos interesses. Ou seja, nós tínhamos que pegar 5 bilhões agora, o acordo não está fechado ainda, mas a perspectiva é só pagar isto no final de 2006 ou 2007. Ou seja, a dívida externa não é o problema, o problema é a dívida interna...

Jornalista: Quanto ao vencimento...

Presidente: O problema é a dívida interna. Sabe por que a dívida interna é um problema? Porque, quando o governo anterior não teve credibilidade para vender os seus títulos, ele dolarizou a dívida. Ou seja, o que nós estamos fazendo agora é comprando a dívida em dólar e tentando fazer títulos pré-fixados para que você tenha um controle. Isto está indo de forma extraordinária, meu caro.

Eu digo sempre o seguinte: você quer compreender o Brasil, faça a comparação com um trabalhador desempregado. Você fica desempregado um ano – eu fiquei em 1965 – aí você vai acumulando dívidas. Um cara te emprestou dinheiro para isso, te emprestou para aquilo, você atrasa o aluguel, atrasa a conta de luz. Quando você arruma emprego, você recebe o primeiro salário, todo mundo quer receber. Só que você não tem como pagar. Então, você precisa estabelecer critérios de pagamento, porque, ao mesmo tempo, você tem que sobreviver e você tem que pagar o que você deve.

Nós estamos tentando resolver o problema da dívida. Hoje, eu já posso dizer para você que se a gente fizer uma estimativa para 12 meses, o juro já está com um dígito, o juro real. Nós vamos baixá-los mais ainda. Agora, o nosso problema, efetivamente, é aumentar a poupança interna para adquirir capacidade de investimento. E por isso nós estamos procurando as parcerias,



interna e externa, que nós achamos que podem contribuir para o crescimento da economia do Brasil.

Jornalista: Presidente, porque tendo, durante esse ano, criado as bases, como o senhor disse, para o crescimento sustentado, a gente se compromete com o Fundo Monetário a um superávit maior do que o governo anterior tinha, pelo segundo ano consecutivo, mais de 4% de superávit. As bases não estão dadas para que o Brasil possa então ter, inclusive em compras governamentais, mais flexibilidade para usar melhor esse dinheiro, até para ser uma alavanca do desenvolvimento?

Presidente: Marcelo, vamos compreender o seguinte: o superávit de 4,25 é uma decisão do governo. Nós fizemos isso quando nós apresentamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em junho do ano passado. Nós temos que pagar mais de cem bilhões de juros por ano. O superávit só dá menos da metade disso. Quem são os donos dos títulos que o governo deve? Você. Possivelmente nós todos, aqui, sejamos donos do título. Então, o governo não pode criar nenhum constrangimento para o povo brasileiro que depositou o seu dinheiro numa conta e que comprou os títulos.

Nós, então, precisamos fazer o quê? Está cheio de países com uma dívida maior do que a do Brasil, com um tempo de rolagem maior, que não sofrem o problema da dívida. O nosso problema é que o governo foi perdendo, cada vez mais a credibilidade. Houve uma época do ano em que o juro da Selic estava 16%, e o juro futuro estava 38%. Ou seja, o governo colocava título e ninguém comprava pela taxa Selic, comprava pelo juro futuro, que era 38%. Hoje não, você tem 17,5% da taxa Selic, o juro futuro de 16,20% e, se você descontar a inflação, você vai ter um juro real já menor do que nos últimos anos.

É o ideal? Não, está longe de ser o ideal. Agora, para que a gente tenha



um juro como tem a economia europeia, como tem a economia americana, nós temos que, primeiro, ter a solidez da economia deles, para ter credibilidade. A gente fica, de vez em quando, teorizando, pensando nos outros. Mas vamos pensar em nós por que você não empresta dinheiro ou se nega a ser avalista de uma pessoa que te procura e fala: “Olha, eu vou alugar uma casa, você não quer ser meu avalista?” Mas você fala “não”. Por quê? Porque você tem medo do calote, você tem medo que o cara não pague e o credor vá atrás de você.

Então, nós precisamos, primeiro, ter a economia brasileira sólida, nós precisamos ter muita reserva. Por que a China tem credibilidade? Porque tem 400 bilhões de dólares de reserva. Não vai ser pego de surpresa nunca. O Brasil precisa ter mais dinheiro de reserva, não um dinheiro disponível do FMI. Por que se foi atrás do FMI? Porque você não tinha reserva necessária. Mas na hora que você começa a construir essa reserva, você pode, em pouco tempo, ter uma economia mais sólida. Veja quanto está o risco-Brasil hoje, 546 pontos. Eram 2 mil e 400 em outubro.

Jornalista: É igual ao do Irã.

Presidente: Não, é até maior do que o da Colômbia, que está em guerra. Significa que as pessoas põem dinheiro ou não, de acordo com a credibilidade e com o procedimento de cada país. E nós queremos mostrar que aqui é possível colocar o dinheiro, porque a economia será sólida. Nós não vamos brincar de fazer plano econômico em véspera de eleição, ou plano econômico para fazer sucesso temporário. Não, nós queremos construir a economia brasileira de forma sólida, não para um mandato, mas, para quem sabe, várias décadas.

Jornalista: Presidente, nós vamos fazer um breve intervalo, voltamos em seguidinha. Canal Livre hoje, especial com o Presidente da República, Luiz



Inácio Lula da Silva.

Segundo Bloco

Jornalista: Estamos de volta com o Canal Livre, hoje, conversando com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente, no primeiro bloco nós conversamos bastante sobre economia. Eu queria propor uma mudança no rumo dessa nossa conversa. E partirmos para um assunto que me parece que também é muito importante para a sociedade brasileira, que é a questão da segurança pública.

Em razão até de um brutal assassinato há poucas semanas atrás, em São Paulo, a sociedade brasileira voltou a falar sobre a maioria penal. Eu queria saber do senhor: o senhor é a favor ou contra a revisão da maioria penal?

Jornalista: Presidente, se o senhor me permite, o senador Mercadante, seu líder no Senado, abriu, no site dele, na Internet, uma pesquisa para indagar exatamente a mesma coisa, à opinião pública. O que me leva a crer que, pela posição do líder do governo no Senado, a questão está em aberto.

Presidente: Eu confesso a você que eu sou contra a maioria penal.

Jornalista: Quanto à redução da maioria...

Presidente: Quanto à redução. Ou seja, o Estado não pode reagir emocionalmente, o ser humano pode. Nós temos o direito, eu enquanto pai, tenho o direito de reagir emocionalmente contra uma violência...

Jornalista: Eu abro a brechinha. Então, enquanto pai, qual é a sua opinião? E



depois, enquanto Presidente.

Presidente: Enquanto pai, eu estaria torcendo para que acontecesse a redução. Eu, se chegasse e pegasse alguém fazendo isso, não teria dúvida que reagiria da forma mais brutal possível. Agora, o Estado é um conjunto de instituições que deve pensar na forma mais correta de resolver o problema. Nós não podemos permitir que, a cada vez que acontece um crime desses, que choca a população, comecem a se apresentar soluções mágicas. Não existe solução mágica! A pena de morte não é solução mágica! Não foi, em nenhum país onde ela foi criada. A redução da idade não é solução mágica, é preciso saber onde nós estamos errando, ao longo da nossa história.

Eu costumo dizer que nós precisamos entender que o Brasil vive um problema onde os valores da família, a degradação das instituições, a começar pela família, estão, eu diria, profundamente machucados e feridos. Quando você tem uma pessoa que vive em situação de pobreza, numa cidade pequena, essa pessoa é pobre, mas tem uma estrutura familiar, uma estrutura de parentesco, uma estrutura de vizinhos que o mantém numa certa tranquilidade. Quando essas pessoas vêm para um grande centro urbano e vão viver num lugar apinhado – num metro quadrado, morando dez pessoas, oito pessoas, onde se cozinha e ali fazem suas necessidades – essa pessoa fica no fio da navalha, prestes a cair na violência, para qualquer lado. E isso é muito mais ascendente na juventude, que vai perdendo a sua perspectiva se não tiver condições de estudar e de trabalhar.

É por isso que nós criamos o Primeiro Emprego para a Juventude. O Ministério do Trabalho mandou o projeto para o Congresso Nacional, foi aprovado na Câmara e no Senado. E agora, para evitar que haja filas quilométricas, nós vamos começar com as pessoas que se inscreveram no SINE, para que elas possam ser chamadas de acordo com as nossas necessidades. E, ao mesmo tempo, eu acho que nós temos que ter



consciência de que é preciso mudar o sistema carcerário deste país, temos que mudar até determinadas penas. Você não pode colocar junto – eu não vou citar nomes para não fazer apologias – um bandido altamente perigoso, com um cidadão que cometeu um crime pela primeira vez e que tem chances de se recuperar. E, ao mesmo tempo, é preciso despertar nessa juventude a possibilidade da reconstrução da esperança junto com a família, porque, muitas vezes o problema do jovem está dentro da família.

Jornalista: É a circunstância...

Presidente: Nós tivemos um caso, em São Bernardo, um exemplo fantástico. Eles criaram um grupo e pegaram 50 crianças de rua para cuidarem, ou seja, essas crianças não queriam voltar para casa. Quando nós colocamos as mães para fazer o trabalho junto com as crianças – estudar, fazer artesanato –, elas se juntaram com a família. Então, eu deduzi que nós precisamos recuperar essas crianças juntamente com a família.

É preciso que haja um trabalho do Estado, ao invés de você prender um jovem na FEBEM, para que ele fique mais violento, é melhor você, junto com a família, tentar uma forma de recuperar esse jovem. A tarefa não é fácil. Vocês conhecem o Márcio Thomaz Bastos. Eu acho que o Brasil tem pouca gente com a qualificação do Márcio Thomaz Bastos para cuidar e discutir esses assuntos. E o Márcio é um defensor da tese de que não existe solução mágica, é preciso reconstituir as instituições.

Por exemplo, se é verdade que você tem metade da polícia corrompida, trocar a polícia não é uma coisa fácil. Nós estamos criando o Sistema Único de Polícia, o SUSP. Fizemos convênios com 27 governadores de Estados, para ver se a gente consegue colocar a polícia para trabalhar de forma mais uniforme, nacionalmente, a polícia civil, polícia militar e polícia federal. É um trabalho que vai levar um tempo.



Agora, o que nós temos é que construir sem a emoção. Temos que construir para dotar o Estado de mecanismos para que não aconteça mais o que aconteceu em São Paulo e em outros lugares do Brasil.

Jornalista: Presidente, emoção à parte, olhando objetivamente o Estatuto do Menor. Parece claro que o senhor é contra a revisão da maioria penal. Mas vamos ver o Estatuto do Menor. Há ali uma previsão de castigo de pena de três anos, seja qual for o crime. Se ele matou um, três anos. Se matou dois, três anos. Se matou quatro, três anos.

Jornalista: E um outro detalhe importante, de outro movimento que também resulta de um crime pavoroso, foi o assassinato de uma estudante de 14 anos, no Rio de Janeiro, numa estação do metrô, na Tijuca. Neste caso, Presidente, também os pais estão liderando um movimento com a coleta de assinaturas para uma emenda popular, também para mexer na legislação penal, agravando as penas.

Jornalista: O senhor é contra também a revisão do Estatuto do Menor?

Presidente: O estatuto pode ser revisto. Aliás, tudo que é feito neste país, de legislação, pode ser revisto de tempos em tempos.

Jornalista: É uma posição importante, o senhor é a favor da revisão do Estatuto.

Presidente: Eu acho que um jovem que cometeu um delito merece um tipo de punidade.

Jornalista: Então o senhor é a favor dessa revisão?



Presidente: Eu acho que nós temos que fazer as revisões necessárias. Eu sou um homem que não tem uma posição fechada: eu sou contra ou a favor e fim de papo. Não. Alguém tem que me convencer que tal coisa é melhor. Eu me balizo muito pelas pessoas que trabalham no meu governo, ligadas ao Ministério da Justiça, ao Márcio Thomaz Bastos, ao Nilmário Miranda, que são pessoas da mais alta competência, que têm uma vida dedicada a isso.

Agora, nós estaremos dispostos a discutir. Eu até fiquei surpreso porque o Dom Aluísio Lorscheider saiu do meu gabinete e deu uma declaração que era favorável. Depois eu estive com outros bispos que não concordam com ele.

Então, o que acontece? A situação está ficando com tal gravidade que várias instituições que eram sólidas em uma posição, estão mudando de opinião. Isso é ruim? Não, isso é bom. Isso é bom porque permite que a sociedade rediscuta coisas que eram tabus até então.

Jornalista: Mas o crime organizado se aproveita muito dessas circunstâncias todas, e a gente não está vendo. A cúpula do crime organizado é formada por aqueles grandes barões que lavam bilhões e bilhões de dólares por aí. Quando é que pode esperar? Porque o pé-de-chinelo, lá da favela, é claro que ele não é o autor do crime organizado.

Presidente: Um bom discurso. Deixa eu te dizer uma coisa. Primeiro, você não sabe quem é o grande barão. Se você soubesse, você prendia. Nós estamos, essa semana, com uma reunião entre o Presidente do Banco Central, o chefe da Polícia Federal, o Ministério da Justiça, gente do Ministério da Fazenda, para fazer o programa contra a lavagem de dinheiro. Não é uma coisa simples. Simples é falar, mas até você montar a equipe de trabalho e começar a dar resultados, isso leva tempo.

Eu sempre fico indignado e sempre falo com o Márcio Thomaz Bastos,



toda vez que se prende um carregamento de maconha ou de cocaína, você pega uns cinco bagrinhos no aeroporto, que estavam lá, mas você não sabe da onde veio aquilo, nem para onde vai.

Então, tudo isso é verdade sobre o crime organizado. É uma estrutura criminosa profissional, empresarial, que tem o seu braço nas mais amplas instituições, tem o seu braço na política, tem o seu braço no judiciário, tem o seu braço no empresário, tem o seu braço internacional. Na minha opinião, o policial brasileiro não estava preparado para o crime organizado, estava preparado para pegar o bandido comum. O crime organizado é uma máquina poderosa, e muitas vezes o centro de decisão de uma ação não está no Brasil, está em outro país. Então, é preciso que haja redes para que a gente possa combater o crime organizado com policiamento melhor preparado.

Por isso é que estamos criando um policiamento de inteligência que possa, com mais profundidade, enfrentar o crime organizado, porque não é uma coisa simples, não estava no ritual da polícia. Hoje você vê os bandidos irem para uma ponta atacar um carro da polícia, atacar uma delegacia. Antigamente, morar perto de uma delegacia significava segurança, hoje, a segurança está em morar longe.

Jornalista: O que é esse programa, senhor Presidente, que o senhor se referiu de lavagem de dinheiro?

Presidente: Veja, isso significa fazer um rastreamento. O Banco Central, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Receita Federal, estão montando um grupo para que a gente possa fazer a rastreabilidade do dinheiro suspeito, para que a gente possa pegar a fonte. Mas não me pergunte sobre os detalhes...

Jornalista: Claro, mas isso é baseado no exemplo de outros países, como o



da Itália, que conseguiu acabar com a máfia?

Presidente: É baseado nos exemplos de onde as coisas deram certo. O Brasil não tem que inventar cada programa. Se um programa deu certo na Itália, vamos copiar a Itália, se deu certo na França, vamos copiar.

O dado concreto é que nós precisamos agir, agora, com muito mais inteligência, com gente muito mais preparada, porque o crime ficou mais sofisticado. Ficou tão sofisticado que um dia desses eu me deparei à frente da televisão com o Fernandinho Beira-mar dando uma entrevista e reclamando que está isolado, que está num lugar difícil.

Jornalista: Presidente, sabe o que me chama atenção? É que o governo, com essa avaliação que o senhor faz sobre o crime organizado, que eu concordo, toma como primeira iniciativa apresentar um projeto pelo desarmamento de quem tem arma legal, e não desarmar o bandido, desarmar as gangues ou fazer barreiras nas fronteiras estaduais onde há tráfico de armas. Enfim, porque querem tirar arma de quem tem arma legalizada?

Presidente: Porque a arma de quem está legalizado, pode amanhã ser a arma ilegal na mão de um bandido que toma desse que tem uma arma e nem sabe utilizá-la.

Jornalista: Não é o que acontece normalmente.

Presidente: Veja, a tua pergunta é exatamente o discurso que eu fiz ao Márcio Thomas Bastos e ao nosso líder no Congresso. O dado concreto é que nós queremos dificultar a venda de armas e, ao mesmo tempo, nós queremos tentar criar dificuldades para o contrabando de armas, que você não sabe por onde vem, se soubesse, a gente ia lá e pegava. Nós temos fronteiras demais.



Jornalista: Mas nós estamos falando das armas legais, Presidente.

Presidente: É só olhar a costa do Brasil e ver os milhares de quilômetros que nós temos de fronteiras. Olhe a costa marítima, veja a quantidade de fronteiras que nós temos, via mar, e nós estamos cuidando, a Polícia Federal está se preparando para cuidar melhor das fronteiras e evitar o contrabando de armas, o tráfico de drogas.

Essas coisas, Marcelo, não acontecem tão rápido, inclusive eu sugeri ao Márcio Thomaz Bastos que montasse um grupo de estudo para ver se a gente poderia, sem envolver as Forças Armadas, cumprir o papel de polícia, ou seja, inserir, em parte das fronteiras brasileiras, gente da Polícia Federal, para que possa em algum momento, exercer o papel de evitar o contrabando.

Jornalista: Infelizmente eu preciso interromper rapidamente para um intervalo comercial. Nós já voltamos em seguida com este mesmo assunto e continuamos com a questão da segurança.

Terceiro Bloco

Jornalista: De volta com o Canal Livre, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No bloco anterior nós paramos na Segurança. O Mitre tem mais uma pergunta para encerrarmos este assunto. Mitre, por favor.

Jornalista: Exatamente, encerrar com uma perguntinha rápida. Presidente, o sistema do crime organizado é fundamentalmente um sistema de comunicação, eles se comunicam muito bem pelo país. Eu tenho conversado com vários governadores que se queixam de que não há uma comunicação entre as polícias. As polícias dos estados não conseguem se comunicar entre si, fica



uma luta desigual. O que o governo federal está fazendo para unificar essas polícias, no sentido de maior eficiência na área de comunicação, inclusive?

Presidente: Mas deve fazer muito tempo que os governadores se queixaram para você.

Jornalista: Não.

Presidente: Desde junho, o Márcio Thomaz Bastos está implantando um sistema único.

Jornalista: Mas eu estou falando da prática mesmo.

Presidente: Mas para a prática, é preciso montar um esquema primeiro

Jornalista: Daí a pergunta...

Presidente: Você tem que montar um esquema. O primeiro Estado foi o Espírito Santo, onde eu fui pessoalmente inaugurar. O último, acho que foi o Estado de Pernambuco que montou. A idéia é você fazer uma integração, de forma que a polícia de Roraima esteja informada do que acontece em Santa Catarina e vice-e-versa. Porque muitas vezes uma pessoa comete um crime num Estado e atravessa a fronteira.

Jornalista: Quando é que o senhor acha que isso vai estar funcionando?

Presidente: Eu acho que isso começa já, porque o ministro da Justiça, numa última reunião que nós participamos, disse que ia repassar todo o dinheiro para os estados. Eu acredito que no começo do ano que vem o nosso sistema já



começa a funcionar perfeitamente bem.

Jornalista: Presidente eu queria perguntar sobre a relação com o Presidente do STF, para arredondar a questão de uma reforma no Judiciário que permita acelerar um pouco o combate ao crime organizado.

Presidente: Eu posso me encontrar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Maurício Corrêa, por outras razões. Agora, eu acho que a reforma do Judiciário precisa permear o Congresso Nacional, a sociedade. É uma coisa que deve começar a funcionar o ano que vem. Eu acho que hoje já há uma consciência de que a reforma do Judiciário é uma necessidade vital para a gente combater o crime organizado, para combater a lavagem de dinheiro, para colocar na cadeia quem realmente precisa estar na cadeia. Eu acho que hoje está se constituindo uma espécie de consenso nacional de que a reforma do Judiciário seria importante.

Jornalista: Essa seria a exigência primeira de uma reforma do Judiciário?

Presidente: Eu acho que ela ganhou corpo e eu acho que hoje ela tem prioridade.

Jornalista: Presidente, já que nós estamos falando de reforma, o senhor falou de reforma do Judiciário, eu queria falar também sobre uma outra reforma. A reforma ministerial. Nós estamos chegando no final do ano, o PMDB por exemplo está aí, completou um ano que está esperando a vaga dele, nós não sabemos até quando eles estão exigindo uma posição no governo.

Presidente: Não estão exigindo. Após aprovar a reforma da previdência e a reforma tributária, eu vou me sentar com o PMDB, que decidiu, na sua



executiva, fazer parte do governo, e vou discutir com o Partido.

Jornalista: O que se diz nas bases do PMDB é o seguinte, o jargão popular “o Presidente está pedalando o PMDB”.

Presidente: Eu ainda não conversei com as bases do PMDB. Eu conversei com a direção do PMDB.

Jornalista: São dois ministérios?

Presidente: Eu não sei quantos, meu caro, me desculpe mas isso aqui é como um técnico que vai escalar um time. O técnico não avisa na véspera quem vai ficar no banco de reserva e quem vai ser titular. Mas essa é uma coisa que eu tenho que tratar com muito cuidado. E por que com muito cuidado? Porque se você avisa que vai tirar um ministro com antecedência, você cria um embaraço muito grande para o funcionamento do próprio Ministério dele. E se você anuncia alguém com muita antecedência, você pode criar uma ciúmeira tal que ao invés de te ajudar, vai te atrapalhar.

Então, eu sou da época em que a gente fazia acordos tête-à-tête. Você não precisava ter um documento. Eu me reuni com a direção do PMDB e disse: “olhem, vocês vão para o governo. Nós vamos aguardar votar a reforma, porque não interessa fazer nada precipitado, que passe para a sociedade a idéia do fisiologismo. Não é bom para o PMDB, não é bom para o governo e não é bom para ninguém.” E há concordância plena.

Agora, acontece que as pessoas falam demais e eu não tenho o poder de calar as pessoas. Há quem fale demais e comece a citar nomes, então, começa a cair e a subir ministro e tudo isso prejudica o nome que aparece nos jornais.



Jornalista: O senhor tem, no bolso do seu colete... O senhor não usa colete, mas no bolsinho do seu paletó, os nomes dos ministérios já prontos?

Presidente: Eu tenho, eu tenho na minha cabeça.

Jornalista: Nem no bolso? No bolso, não, porque alguém pode pegar...

Presidente: Eu tenho na minha cabeça. Eu trabalho isso. Eu estou trabalhando nisso há algum tempo, e eu trabalho com muito cuidado. Vocês estão lembrados de que antes das eleições, logo que eu ganhei, havia uma agonia na sociedade: “O Presidente tem que indicar o Presidente do Banco Central para acalmar não-sei-o-quê.” Por que eu tenho que indicar? Isso acontecerá no tempo que eu quiser indicar. Então, a reforma ministerial vai se dar no tempo que eu entender que ela deva acontecer.

Jornalista: Agora, menos nomes, Presidente, e mais a estrutura. O senhor, depois de um ano de governo, nesse balanço que o senhor faz aqui, na Band, o senhor concorda que há um excesso de ministérios?

Presidente: Não há excesso de ministros coisíssima nenhuma. Na verdade, o que nós fizemos de novidade? Nós criamos um Ministério, uma Secretaria Especial para a Pesca. Ora, por quê? Porque é incompreensível que um país que tem 8.500 quilômetros de costa marítima, que tem 12% da água doce do planeta terra, que tem a possibilidade de pescar que nós temos, tenha um consumo de apenas sete quilos *per capita* de peixe por ano. Menos do que Peru, Argentina e Chile.

Ao mesmo tempo, nós achamos que o pescado pode ser uma fonte de divisa extraordinária para o Brasil. Por que tinha que ser um artigo na estrutura do Ministério da Agricultura? Então, criamos a Secretaria de Pesca, que está



estruturada. Nesta semana, eu participei de uma conferência, em Luziânia, simplesmente excepcional, com pescadores do Brasil inteiro, dando cidadania a essa gente.

Depois, eu criei o Ministério do Turismo. Nisso eu venho pensando há muitos anos: por que o Ministério do Turismo tem que estar ligado ao Ministério do Esporte? Eu já vi na televisão, muitas vezes, você falar: “Porque o turismo é a grande estratégia para fazer o Brasil receber visitas”.

Agora, para fazer a indústria do turismo ser rentável, é preciso ter política de infra-estrutura, investir no setor de serviços e vender o Brasil lá fora. Qual é a nossa preocupação? É vender a imagem positiva do Brasil lá fora. É verdade, o Brasil tem crianças de rua, o Brasil tem violência, o Brasil tem carnaval e tem futebol. Mas o Brasil tem muito mais e isso tem que ser mostrado. E quem vai mostrar? Os nossos concorrentes? Os espanhóis? Os portugueses? Os franceses? Ou somos nós?

Então, nós criamos um Ministério, que tem uma equipe excepcional. Acho que nunca, na História do Brasil, nós tivemos uma equipe tão preparada para discutir turismo, que apresentou uma proposta, que está sendo trabalhada nacional e internacionalmente. E tenho certeza de que vamos colher os frutos disso.

Depois, eu criei a Secretaria da Igualdade Racial, que era um compromisso que nós tínhamos com o movimento negro neste país, e era importante criar.

Jornalista: Já está funcionando?

Presidente: Está funcionando.

Jornalista: Tem efeitos concretos?



Presidente: Lógico que tem efeitos concretos. É que essas coisas são como você começar a produzir um jornal novo. Você cria um jornal e todo mundo que cria um jornal trabalha com a expectativa de que, em doze meses, esse jornal terá que se consolidar, senão ele fecha. Sabe, quando você cria um ministério, esse ministério tem que ter um tempo de maturação na própria sociedade.

E a Secretaria é necessária. Vejam, o IBGE fez uma pesquisa e apenas 6% das pessoas se identificaram como negras. Isso significa que não tem racismo maior ou preconceito maior do que a própria sociedade não se reconhecer. Então, é um trabalho imenso, Mitre, que pode levar anos para ser consolidado.

Depois, criamos o Ministério de Combate à Fome, com meu amigo Graziano, que era uma necessidade vital, porque esse é um problema que só sente quem passa, porque a fome é uma coisa difícil. Não sei se vocês sabem, muitas vezes, você chega na casa de uma pessoa que não tem quase nada para comer, mas ela tem vergonha de dizer que está com fome. Então, você garantir que as pessoas comam as calorias e as proteínas necessárias é um processo também longo.

Jornalista: Esse Ministério bateu muito a cabeça.

Presidente: Não. Meu Deus do céu, se fosse fácil...

Jornalista: Mas não foi muito tempo, Presidente?

Presidente: Mas se fosse fácil, você não acha que alguém já teria acabado com a fome há vinte anos, há dez anos atrás?

Jornalista: Não, mas a estrutura, agora, está funcionando...



Presidente: E não quiseram acabar com a fome sabe por quê? Porque era difícil. Mas, como eu nasci para fazer as coisas difíceis, resolvi encarar isso, resolvi levar a questão para Davos, resolvi levar para Evian, resolvi levar para ONU. Agora, em Davos, outra vez, estamos articulando, com um debate, eu, o Chirac e Kofi Annan, para poder consolidar a criação de um comitê, ou seja, nós já estamos trabalhando.

Agora, essas coisas não acontecem do dia para a noite. Não, se eu quero, eu começo a preparar, isso é como fazer um alicerce. Depois, você levanta a parede, depois, você faz o madeiramento, depois, você faz o telhado, depois, você faz o acabamento. É assim que acontece.

Por isso é que sou muito otimista. Eu tenho quatro anos de mandato e, até agora, só estou com onze meses no governo. Eu tenho todo o tempo do mundo para fazer as coisas acontecerem.

Jornalista: Tem um ministério aí, pelo menos se comenta muito, que seria um dos ministérios da mudança. Já que o senhor não quer dizer os nomes. Mas é o Ministério das Cidades, que o senhor mencionou aí e que é um Ministério novo também dentro do seu governo.

Presidente: Não. Veja, o que eu fiz? Você tinha a Secretaria de Serviços Urbanos. Eu resolvi criar um ministério, porque era um compromisso histórico de todos os movimentos sociais – do movimento que luta por saneamento básico, do movimento que luta por habitação. Eu criei o Ministério, que está funcionando muito bem, que tem uma equipe de trabalho formada das pessoas que melhor compreendem o problema das cidades neste país, a começar pelo ministro Olívio Dutra, que foi tão bom prefeito em Porto Alegre.

Jornalista: Há controvérsias...



Presidente: Não, ele foi bom governador. Mas nem todo mundo que é bom ganha eleição. Tem gente ruim que ganha e tem gente boa que não ganha. Esse negócio da eleição não pode ser o único parâmetro para medir se uma pessoa foi boa ou não, porque tem muita gente, tem muito bandido neste país, espalhados pelos 6 mil municípios do Brasil, que se elegendem. Todo mundo sabe que eles fazem trambique, um monte de coisas. Esse não é o critério. O Olívio Dutra é um homem extraordinariamente capaz, bem intencionado e está fazendo as coisas certas. Podem ficar certos de que nós vamos fazer aquilo que o Ministério das Cidades tem que fazer.

Então, a reforma ministerial não passa por aí. A reforma ministerial passa pela força de um partido político que faz parte da base do governo e que tem que estar no governo.

Jornalista: Mas é verdadeira a avaliação de que o senhor estaria frustrado com o desempenho de pessoas que são companheiros históricos? Há pessoas que chegaram agora, que são do seu relacionamento há menos tempo, que estariam mostrando muito mais eficiência no desempenho das coisas do governo?

Jornalista: Deixa eu complementar a pergunta dele (...). Fica difícil a gente pegar uma carona. O Vox Populi divulgou uma pesquisa indicando que o ministro Palocci é o mais popular do governo. E o senhor, recentemente, no auge de um erro monumental do ministro da Previdência, o indultou de críticas maiores e o classificou como um craque na questão do atendimento dos velhinhos do INSS. Eu queria lhe perguntar o seguinte: diante de avaliações que colocam o Palocci como o ministro mais popular do governo e de colocações como a sua, mostrando que o seu entusiasmo com a equipe é absolutamente elevado e uniforme, que margem o senhor tem para mudar gente tão boa, tão popular, tão eficaz, diante da necessidade de uma reforma



política como essa do Ministério?

Presidente: Olhe, eu não tenho pesquisa que meça qual é o ministro mais popular ou não. Eu leio pesquisas que me apresenta a Secom, sobre vários ministérios. Dependendo do instituto que faça, eu tenho ministros diferenciados, mais conhecidos ou menos conhecidos.

Eu acho que o Palocci está fazendo um trabalho estupendo no governo. Isso me dá muita tranqüilidade. O critério de trocar ministério não é por conta de estar bem na pesquisa ou não. É pela necessidade de contemplar o interesse do partido que precisa estar no governo. E por isso que tenho cautela, a coisa não é matemática, não é uma soma aritmética. É um critério político, que não é para resolver um problema do passado, é para resolver o problema do futuro. Eu tenho que fazer uma composição política capaz de me garantir do momento em que eu a fizer para a frente. E, aí, pode ser o PMDB, que já está fazendo parte da base do governo, e pode ser um outro partido político que venha querer discutir a reforma ou até mesmo um partido que já tenha ministério e queira discutir a troca do seu próprio nome.

Aí, cabe ao Presidente da República exercer o papel do “paizão”. Sabe aquele chefe de família que chega em casa, a família está conturbada com algum problema? Você não entra na briga do lado de ninguém e você chama todo mundo e fala: “Vamos resolver o problema”. Esse é o meu papel e vou fazê-lo.

Boechat, pode ficar tranqüilo, porque eu estou consciente da reforma que vou fazer e sei em quem eu vou mexer.

Jornalista: Acontece até o final do ano?

Presidente: Não tem data certa, pode ficar tranqüilo.



Jornalista: Num momento vai ter que ser.

Presidente: Veja, num momento vai ter que ser. Mas no momento você vai saber. Te prometo, Bira, que eu te telefonarei.

Jornalista: Mas e em relação a essa história da eficiência de pessoas que chegaram agora *versus* a ineficiência de velhos companheiros? Existe isso? Uma frustração do senhor quanto a velhos companheiros que não estariam indo tão bem quanto o senhor imaginava?

Presidente: Não. Eu acho que as pessoas estão cumprindo o seu papel. Cada um de nós tem um tempo na vida. Em tudo que fazemos, desde comer, a jogar uma pelada, a nadar, a dançar, tudo que nós fazemos, cada um de nós aqui tem um tempo diferente. Um gosta de ser mais apressado, outro gosta de ser mais lento, outro gosta de dar uma paradinha no meio do caminho. Eu tenho que trabalhar com isso, porque às vezes uma pessoa que não conseguiu fazer tudo que está fazendo agora, poderá fazer ainda. É por isso que um técnico nunca troca o jogador antes de terminar o primeiro tempo. Porque ele está sempre na expectativa de que aquela pessoa é tão boa que, no segundo tempo, vai deslanchar.

Jornalista: No próximo bloco, Teles, você faz a pergunta inicial. Nós vamos fazer um rápido intervalo. No próximo bloco eu prometo que você faz a primeira pergunta.

Presidente: Engraçado, o Antônio parece uma figura calma, mas quando ele faz uma pergunta ele parece nervoso.

Jornalista: Nós voltamos em seguida. Estamos conversando com o Presidente



Luiz Inácio Lula da Silva. Até já.

Quarto Bloco

O Canal Livre está de volta, conversando hoje com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No bloco anterior, o Antônio Teles ia fazer uma pergunta. Por favor, faça agora, Teles.

Jornalista: Presidente, quando há uma certa impaciência com os resultados que a gente está querendo ver, o senhor fala sempre: “olha, tudo tem um tempo, as coisas vão acontecer no devido tempo.” Eu posso depreender disso que o PT tem um projeto aí de ficar no poder uns 20, 25 anos, para poder terminar essa obra que está idealizada e, evidentemente, com a sua intensa participação?

Presidente: Para responder como você está perguntando, a manchete amanhã vai ser a seguinte: Lula diz que tem projeto para 20 anos.

Um partido político, quando ganha as eleições numa prefeitura, num governo, ele tem sempre uma perspectiva de que o seu projeto tenha continuidade, necessariamente não com a mesma pessoa, mas tenha continuidade. Isso não apenas o PT, todo mundo quer isso. E nós vamos trabalhar para executar que isso aconteça. Eu não sei por quanto tempo. Nós vamos trabalhar para executar as coisas que nós acreditamos e brigamos tanto na vida, sabendo que tem algumas que você pode fazer em dois anos, em três anos, em quatro anos. Mas tem coisas que levam dez anos, quinze anos para serem feitas. Eu acho que você não pode nunca ficar muito tempo no poder, porque você fica viciado, porque você vai se adaptando à máquina, você vai permitindo que coisas boas não te aconteçam.

Então, eu sou favorável à alternância do poder. Acho que o partido pode



ter um projeto mais longo. Mas acho que esse projeto pode ser construído pelo seu partido, pode ser construído por uma aliança política, que não precisa ser o seu próprio partido. Agora, é muito cedo para a gente falar quanto tempo nós queremos. Nós vamos trabalhar para ficar o maior tempo possível.

Jornalista: Mas os jornais amanhã podem dizer que o senhor é um candidato à reeleição.

Presidente: Não. Também não vou dizer que não sou. Porque, neste país, a gente tinha um mandato mais longo e, com medo que eu ganhasse, em 94, diminuíram o mandato. Depois me derrotaram, aí aprovaram a reeleição. Então eu tenho a reeleição aí, que eu posso decidir ou não. A minha tese é a seguinte: alguém só pode ser candidato à reeleição se ele perceber que, no segundo mandato, ele poderá fazer mais do que no primeiro. Porque se ele tiver consciência que não pode, não seja louco, não seja candidato, porque vai afundar. Foi o que aconteceu com nosso amigo Fernando Henrique Cardoso. O segundo mandato foi muito ruim, se comparado ao primeiro. Então, eu não tenho obsessão pelo poder. eu tenho obsessão pelas políticas públicas que possam mudar a vida do povo.

Jornalista: Presidente, nós vimos, essa semana, as imagens da senadora Marina Silva se despedindo do partido. Heloísa Helena, perdão pelo ato falho, se despedindo do partido, ao votar contra, ao anunciar o seu voto contra a reforma da Previdência. E o partido, lá no Rio, principalmente, começa a pregar a possibilidade de um indulto natalino para dissidência do PT. O senhor defenderia esse perdão aos dissidentes do PT?

Presidente: Primeiro, eu não sei se você percebeu, até hoje eu não fiz nenhum comentário. Não é papel do Presidente da República ficar julgando o



comportamento de um senador ou de um deputado. Eu tenho uma relação histórica com a Heloísa Helena, tenho um profundo respeito por ela. Agora, as pessoas precisam compreender que o exercício da democracia tem que ser exercido na sua plenitude.

A minha liberdade individual, os meus direitos individuais, eles terminam quando eu começo a participar de uma instância coletiva que delibera alguma coisa. Então, se eu sou de um time de futebol, se participo da direção dos coordenadores lá do prédio em que eu moro, ou se pertenço a um partido político, eu tenho vontade pessoal até que ela seja discutida numa esfera coletiva. Então, quando o partido discute uma coisa e fecha questão favorável ou contra uma coisa, todos nós, que somos do partido, estamos na obrigação de cumprir aquilo. Se não for assim, as pessoas então precisam aprovar, na legislação eleitoral, o direito da candidatura avulsa, porque o candidato avulso não tem que se subordinar a ninguém. Ele levanta de manhã, vai na frente do espelho e fala: “Espelho, espelho meu, o que eu faço hoje? Qual é a orientação? Qual é a deliberação(?)” E vê se o povo vota nele depois. Mas se entrou no partido político, existem regras, para ela e para mim, que sou de um partido político.

Jornalista: Então não haverá indulto?

Presidente: Não haverá, até porque não cabe ao Presidente da República fazer indulto.

O que eu acho é que todos vocês conhecem bem o companheiro Genoíno. Se tem uma pessoa, nesse mundo, que você não pode chamar de intolerante e que não seja democrático, é o Genoíno. E o Genoíno tem toda a paciência que um ser humano pode ter. Mas tem pessoas também, e isso é importante saber, que não estão preparadas para o exercício do poder. O partido comunista italiano, teve um tempo em que ele quase chegava ao poder,



em toda eleição, mas nunca ganhava. Eu, uma vez, fui à Itália, num congresso, conversei com alguns companheiros. Eu perguntei: vocês não querem chegar ao poder não? Eu ouvi algumas coisas, e eu vejo, aqui, no Brasil, que tem gente que prefere ser oposição. Porque ser governo significa que você pode fazer muita coisa, mas significa também que você pode não fazer.

Quando você faz a reforma da Previdência ou outra reforma qualquer, você sempre vai mexer no corporativismo. E aí meu caro...

Jornalista: Mas no caso desse grupo, Presidente, há um problema objetivo e concreto, que o PT, no poder, não é o PT da oposição. Ele é muito diferente.

Presidente: E nem podia. O Lula casado, não era o solteiro. Eu, quando me casei, eu falei para a Marisa: olha, vamos viver juntos. Estamos juntos há 30 anos. Agora, se eu falasse: Marisa vamo-nos casar, mas eu vou levar minha vida de solteiro – quinta eu tenho um compromisso, sexta eu tenho um compromisso...

Jornalista: Só que houve mais do que isso. Houve também uma mudança, uma divisão até ideológica das coisas, e que se explica pela mudança do mundo...

Presidente: A Heloisa Helena tem que ter autonomia para tomar a decisão, porque é uma mulher madura, mas vamos saber, historicamente, quem está certo ou quem está errado.

Eu só acho que ela tem liberdade de tomar a sua decisão. Não é um problema meu, é um problema do partido. Eu acho que tem gente que está mais preparada para falar do que para fazer. A vida prática de cada um de nós ensina do que nós somos capazes ou não.

A única coisa que eu tenho certeza é que, todo dia, encosto a cabeça no



travesseiro e durmo um sono muito gostoso, com a consciência tranqüila do dever cumprido. Eu estou fazendo aquilo que eu acho que o Brasil precisa que alguém faça.

Jornalista: Presidente, uma das medidas mais importantes desse primeiro ano, foi o crédito em carteira de trabalho, que os trabalhadores vão ter acesso com juros mais baixos. Isso vai ser importante para os trabalhadores que têm o registro em carteira.

Um fenômeno que tem se agravado no Brasil é o fenômeno da informalidade. Cada vez mais as pessoas estão trabalhando sem carteira assinada. A gente vê ônibus clandestino, é perua clandestina, é camelô, etc.

Então, são esses dois assuntos. Primeiro, como a gente atinge essa massa enorme que, hoje, vive na sombra, que, hoje, vive sem direitos, sem carteira, sem nada, com esse benefício extraordinário de ter acesso a crédito e as garantias de ter a carteira assinada?

Presidente: Uma coisa fantástica que aconteceu – e acho que o tempo vai se encarregar de mostrar se foi um sucesso ou não – era o problema que nós tínhamos de crédito. Os juros muito altos. Uma pessoa que ia comprar um eletrodoméstico à prestação, pagava cento e não sei quanto por cento de juros. Uma pessoa que precisasse tomar 2 mil reais emprestados, caía na agiotagem e pagava uma fortuna.

O que nós fizemos? Primeiro, quando liberamos 10% do compulsório, houve um compromisso do Ministério da Fazenda com o sistema financeiro de que esse dinheiro teria que ser emprestado, à taxa de 2%, para pequenos tomadores. Depois, nós reunimos a Caixa Econômica e o Banco do Brasil e criamos o microcrédito.

Marcelo, eu vou te dar um dado. Se você quiser, eu te convido para vir à inauguração comigo. Eu vou, agora, no comecinho de dezembro, participar de



um ato que vai comemorar a marca de 1 milhão de contas dessas pessoas na Caixa Econômica Federal, contas abertas sem precisar de nenhum documento. Ou seja, as pessoas mais humildes, que trabalham catando papel estão abrindo conta na Caixa Econômica.

E muita gente da sociedade não dá importância para isso. Eu fui ao evento, quando fui assinar lá a conta de número 500 mil e conhecer uma catadora de papel... Eu não sabia que ter uma conta no banco era motivo de tanto orgulho. Aquela mulher falou que ela nunca se sentiu tão importante como quando ela entrou na Caixa Econômica Federal para abrir a conta dela.

Agora, nós vamos inaugurar, eu vou assinar o total de 1 milhão de contas abertas. Em nove meses significa que, 1 milhão dessas pessoas entraram na Caixa Econômica Federal, abriram conta para pegar o seu emprestimozinho, sei lá, de 500, de 1.000, de 300 reais.

Jornalista: Agora, essa catadora vai para a informalidade.

Presidente: Nós abrimos, no Banco do Brasil, uma conta para o microcrédito. Vocês, que são estudiosos, devem ver se em algum momento da História do Brasil houve a facilidade de crédito que está havendo agora. Mais ainda: eu imaginava que eram só os bancos públicos que iriam fazer. De repente, eu sou pego com todo o sistema financeiro fazendo. O pessoal da CUT fez licitação e apareceram 19 bancos, ou seja, tem juro que varia de 1,75% até 2 e pouco, de acordo com o salário.

E isso é um fenômeno no Brasil, um cidadão que estava enforcado no cartão de crédito ou no cheque especial, de repente, vai ao banco, pega um dinheiro a 2% para pagar um cartão de crédito que estava lhe cobrando 12%, 10%.

Jornalista: Mas, Presidente... os trabalhadores e as empresas que estão na



informalidade...

Presidente: Você nunca terá uma economia 100% formal. Agora, nós achamos que a informalidade só vai cair fora quando você tiver um processo seguro e sustentado de crescimento da economia quando a gente fizer com que a criação de uma microempresa tenha todas as facilidades do mundo. Ou seja, quando ninguém precisar demorar três meses para criar uma microempresa e dois anos para fechá-la.

A questão está sendo elaborada, está sendo discutida, tem grupo de trabalho. E nós vamos tentar ver se a maioria das pessoas deixa a informalidade, inclusive na questão da Previdência Social, para que essas pessoas tenham pelo menos o direito à maternidade, a um hospital quando estiverem doentes...

Jornalista: O senhor prometia isso na campanha.

Jornalista: São necessárias, também, regras mais flexíveis para que não se penalize tanto o empresário. O empresário deixa de contratar o cidadão pela carteira de trabalho porque a penalidade é grande.

Presidente: Nós sabemos disso. Agora, veja, todo esse negócio é muito complicado. Olhem, tem que ter um jogo de paciência! Quando você chama um monte de casais para jogar buraco na sua casa – não sei se vocês têm esse hábito...

Jornalista: Canastra!

Presidente: ...você, de vez em quando, vai estabelecer as regras do jogo, porque tem vários tipos de regra. Você demora uma hora para estabelecer as



regras. De vez em quando, prevalecem as regras do dono da casa. É muito difícil, porque quando você vai mudar as regras, tem vários interesses. E os interesses são tão díspares que você precisa fazer um verdadeiro jogo de xadrez para poder mexer os peõezinhos, fazendo com que o menor número possível de descontentes venham reclamar. Você tem que contemplar sempre, objetivamente, a maioria das pessoas. Então...

Jornalista: É um projeto longo...

Presidente: É um projeto. Isso está sendo pensado. Isso é difícil porque, senão, as pessoas já teriam feito.

Jornalista: Presidente, nós estamos quase terminando o quarto bloco. Eu não poderia deixar de passar por esse nosso bate-papo sem tocar num assunto que acho fundamental, também, dentro do seu governo. É um setor que não está muito contente ou, talvez, agora, com o anúncio que o senhor fez recentemente sobre a questão de assentamento de 530 mil famílias, a coisa possa mudar ou pelo menos parar com as invasões, que é o movimento dos Sem-Terra.

Como o senhor está olhando isso? Esse anúncio, como é que o senhor vai conseguir? Porque, no primeiro ano de governo do senhor, o número de assentamentos não foi tão satisfatório assim. O senhor não vai conseguir assentar, talvez, 30 mil famílias. Como chegar a 530 mil famílias em quatro anos?

Presidente: Veja, o nosso projeto é claro. Quando eu estava em campanha, se você pegar os meus discursos na televisão, vai perceber que eu dizia: “primeiro, nós queremos provar que é possível fazer uma reforma agrária tranqüila e pacífica neste país, porque, durante muito tempo, se tentou fazer



ideologia sobre a questão da reforma agrária, a luta do pequeno contra o grande, que é uma bobagem. O Brasil precisa do grande e precisa do pequeno.

O Brasil tem, hoje, no agronegócio um dos seus sustentáculos de crescimento da economia, de geração de emprego no interior e de exportação. Isso não diminui o papel da agricultura familiar como geradora de trabalho e de oportunidade de microempregos para as pessoas. E nós temos consciência disso.

E eu tomei a decisão – isso é uma cisma muito pessoal minha – de que não é possível você continuar fazendo reforma agrária do jeito que historicamente se fez no Brasil. Você pega o dinheiro do Estado, desapropria uma fazenda, paga as benfeitorias, coloca a família e esquece. Aí, desapropria mais uma fazenda, coloca a família e esquece. Ou seja, você vai fazendo um processo de transferência de miseráveis urbanos para continuarem miseráveis no campo.

O que nós estamos combinando – e o ministro Miguel Rossetto está trabalhando nisso, junto com outros ministros – é que nós precisamos qualificar melhor os assentamentos. Você não pode medir apenas pela quantidade, mas pela qualidade. Por exemplo, se você pega um assentamento muito grande e você coloca uma família a cada dois, três quilômetros, distantes uma da outra, você não vai levar para aquelas famílias saneamento básico, você não vai levar educação e não vai levar saúde.

Então, é preciso repensar o modelo de casa que nós vamos construir. É preciso fazer uma combinação entre a produção agrícola, a industrialização e a comercialização, para que você coloque valor agregado no produto que eles produzem. É preciso pensar no mercado consumidor daqueles produtos que você está produzindo. É preciso pensar inclusive na área que você vai dar para um assentamento, porque, se o cidadão for pescar, ele não precisa de 30 hectares. Ele precisa de alguns tanques de uma aérea. Se o cidadão vai plantar alguma coisa irrigada, a área é menor.



Então, nós queremos fazer, da forma mais civilizada possível, um modelo de reforma agrária que garanta às pessoas a conquista da cidadania. Ou seja, ao entrar na terra, essa pessoa vai começar a produzir e, daqui a algum tempo, essa pessoa começará a ajudar para que a gente tenha mais dinheiro para fazer um novo assentamento.

Então, o que nós propusemos? Assentar 400 mil famílias e regularizar 130 mil propriedades de posseiros.

Jornalista: O senhor acha que isso será possível em quatro anos...

Presidente: Deixe eu falar uma coisa para você, o que eu disse para os Sem Terra: não me julguem em onze meses. Pelo amor de Deus, se você fosse julgar o time do Santos jogando, no final de semana passado, com o Fluminense na hora em que o Fluminense marcou o gol, você iria falar: "O Santos perdeu". Então, você teve que esperar o final do jogo, para você julgar e falar: "Poxa vida, o Santos está bom".

Jornalista: O senhor foi muito aplaudido lá, pelo MST. Mas a minha pergunta é a seguinte: o governo Lula e o MST estão afinados com relação à reforma agrária? Não há diferenças?

Presidente: Não. Pode ter diferença.

Jornalista: Quais são as diferenças?

Presidente: Não sei. Eu gostaria que eles aderissem à minha proposta.

Jornalista: Não aderiram.



Presidente: E nem nós aderimos à proposta de assentar 1 milhão, porque não temos condições de assentar 1 milhão nesse tempo. O problema não é aritmético. O problema é de qualificação. Até porque não é pensar apenas nos que falta assentar. É pensar nos que já estão assentados e que precisam ganhar condições de trabalho. E, mais ainda, é pensar em 3 milhões de pessoas que têm propriedades e que precisam de organicidade para poder produzir mais e melhor, para poder ter um pouco de renda.

Então, o trabalho é muito, muito mais sério, e é um trabalho que eu peço a Deus que me dê força para, se não terminar, pelo menos fazê-lo da melhor forma possível, para a gente ter modelos de exemplo.

Jornalista: Nós voltamos rapidinho com o último bloco da entrevista com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Quinto Bloco

Jornalista: Estamos de volta com o Canal Livre, último bloco dessa conversa especial que nós estamos fazendo, neste domingo, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente, o senhor agora, na terça-feira, inicia uma viagem pelo Oriente Médio. O senhor tem, aliás, o senhor já disse na entrevista de hoje, aqui, que o senhor tem um foco muito forte no setor internacional, que é importante para o Brasil em todos os sentidos.

E agora, com esta viagem, qual é a sua expectativa, qual é o seu objetivo com esta viagem?

Presidente: Eu acho que as viagens internacionais precisam de uma pequena explicação da nossa estratégia. Quando nós tomamos posse, nós tínhamos que, primeiro, recuperar o Mercosul para que a gente pudesse ter mais força



para negociar outras coisas, tanto com a União Européia, mas também começar a pensar na negociação da ALCA.

Depois, resolvemos discutir a integração da América do Sul e descobrimos que durante um século inteiro se fez discurso de integração da América do Sul, mas apenas teórico, que era preciso construir uma obra de infra-estrutura para que você tivesse, não apenas a integração teórica, mas a integração física, daí serem necessárias estradas, pontes, hidrovias, hidroelétricas e telecomunicações.

Decidimos, então, fazer uma reunião entre o BNDES e a CAF e construir os 22 projetos mais importantes de integração de todo o continente. Agora, no Uruguai, no dia 15 de dezembro, nós vamos discutir quais os 2 projetos mais interessantes para cada país, para que possamos procurar financiadores para a construção de obras de infra-estrutura de integração física entre os países da América do Sul.

Porque nós temos um mercado próximo de nós e ficamos competindo com os Estados Unidos e com a União Européia, que são os melhores mercados para nós, excepcionais, mas são, também, mercados que estão blindados.

Por problemas políticos internos e, agora, mais ainda, quando acabam de entrar 10 países novos na União Européia, a preocupação principal dos países ricos da Europa é cuidar desses 10 novos que entraram no bloco, porque são os irmãos mais novos na jogada. E para evitar que a América do Sul e que o Brasil sofram as conseqüências disso, nós, então, resolvemos fazer uma coisa que eu aprendi no sindicato, ou seja, sozinho a gente é muito fraco, mas junto a gente pode ter muita força.

Então construímos esta aliança na América do Sul, depois construímos um bloco G3, formado pela África do Sul, Brasil e Índia; depois construímos o G20 em Cancun que inclui o Brasil e mais 19 países, e agora, dia 26 de janeiro, eu estou indo à Índia, depois à Rússia, depois à China, para completar aquilo



que nós chamamos de “parcerias estratégicas”, que interessam ao Brasil.

E essa reunião com o mundo árabe, depois que eu fui à África, o que é? O mundo árabe tem muitos recursos investidos em vários países e poucos investidos no Brasil e na América do Sul. Então, nós vamos lá para dizer: “olhe nós existimos, estamos ali do outro lado do Atlântico, nós temos tecnologia, nós temos produtos agrícolas, nós temos serviço e nós temos inteligência para comercializar e vender para vocês, nós temos parcerias para fazer com vocês.”

Na verdade, é isso que nós vamos fazer e por isso estamos marcando, para maio do ano que vem uma reunião entre os representantes dos países árabes de preferência os presidentes dos herdeiros, com os presidentes dos países da América do Sul, para que a gente faça uma integração e possa chamá-los a participar desse processo de construção e investimentos em obras de infra-estrutura.

Isso vai ser uma coisa excepcional. Da mesma forma que nós fizemos com a África, o Brasil pode muito mais comercialmente com a África, o Brasil tem o que oferecer, o Brasil pode transformar parte das suas empresas em prestadoras de serviço.

Agora, o problema é que uma política internacional, Mitre, não adianta você ir lá para fora e ficar chorando: “porque eu sou pobrezinho, porque no Brasil tem corrupção”... deixa para os adversários dizerem isso. Vá lá para dizer coisas boas. Vá lá para dizer: “nós existimos, eu respeito e quero ser respeitado e tenho negócios para fazer.” O Brasil tem potencial.

Jornalista: Presidente Lula, eu vou lhe perguntar uma coisa. A maioria da opinião pública ouve o discurso dos especialistas, dos tecnocratas, sobre a ALCA e entende pouco. O senhor pode explicar para essa massa média da opinião pública, onde é que o problema está bloqueando? O Brasil tem risco de perder em soberania, tem risco de se tornar um país vassalo dos Estados Unidos, caso a ALCA não ocorra dentro da nossa expectativa?



Presidente: Veja, o Brasil não corre risco nenhum. Este país é por demais estruturado para perder a sua soberania numa negociação comercial. A negociação comercial, para as pessoas mais humildes entenderem, é o seguinte: é uma negociação. Imagine o seguinte: você tem um carro para vender, aí você vai num feirão daqueles, em qualquer lugar do Brasil, para vender. Aí você acha que o preço ideal para o teu carro é X, o comprador acha que é X-Y, ou seja, ficam discutindo. Não é nem o que você quer, nem o que ele quer. Você encontra um meio termo, você vai para casa feliz e fala para tua esposa: “olhe, fiz um negócio extraordinário.” Aí o comprador chega na casa dele e fala: “fiz um negócio extraordinário.” Esse é o bom acordo, em que os dois saíram felizes, ninguém pensa que é lesado.

A negociação da ALCA é isso, nós estamos negociando, você tem compras governamentais que é uma coisa delicada – os Estados Unidos só discute isso na OMC –, você tem a questão do subsídio agrícola que eles só discutem na OMC. Então o que nós queremos? O que nós criamos na verdade? Vamos discutir a ALCA possível, e aquilo que não for possível, vamos negociar na OMC. Vamos negociar sem impedir que cada país faça os acordos bilaterais que quiserem. Agora, veja, não tem protecionismo.

Jornalista: Tem e é um tremendo de um problema.

Presidente: Porque nós temos indústrias, queremos gerar empregos aqui. Nós temos a agricultura e queremos gerar empregos aqui. Agora, naquilo que nós temos mais possibilidade de vender lá fora, eles nos trancam colocando subsídios, colocando taxas tarifárias e não-tarifárias.

Então espera aí. Que livre comércio que é este? Livre comércio para vocês e para nós, não! Então, vamos negociar em igualdade de condições. Eu quero até aproveitar e parabenizar o ministro Celso Amorim, o Furlan, o



Roberto Rodrigues que participaram do processo porque foram mestres, vamos ser francos. Quem é que imaginava, há seis meses, que pudesse acontecer o que aconteceu em Cancun? Quem é que imaginava, agora, de repente a gente ir para Miami e, em Miami, o Brasil e os Estados Unidos fazerem um acordo que todos os países concordam?

Sabe por que aconteceu isso? Porque é uma questão de respeito. Em negociação, Telles, ninguém respeita quem vai de cabeça baixa. Se você for negociar alguma coisa e for de cabeça baixa, o outro monta em cima e não sai mais.

Jornalista: Isso o sindicato lhe ensinou bem.

Presidente: Então, é preciso você ter altivez, é preciso você se respeitar, ter auto-estima. Nós somos um país grande, nós temos condições de competir em igualdade de condições, nós respeitamos os interesses de todo mundo, mas queremos que respeitem os nossos. E apenas isso, e eu acho que os americanos entendem isso como ninguém, porque eles fazem isso com o mundo inteiro.

Jornalista: Nosso tempo se esgotou, nós já ocupamos bastante o tempo do senhor também. Eu quero agradecer em nome da Rede Bandeirantes a oportunidade de tê-lo aqui conosco. Nós estamos no final de ano eu não sei se o senhor quer deixar uma mensagem, aqui, já de final de ano, embora a gente tenha um mês pela frente para o natal e para o ano novo, mas por favor...

Presidente: Eu só quero dizer para vocês que foi uma alegria imensa participar, não de uma entrevista, mas de um pequeno debate aqui. Nós queremos tornar isso uma certa rotina, obviamente que o Presidente não pode todo dia participar desses debates.



Nós vamos, ainda neste final de ano, fazer uma prestação de contas para a sociedade brasileira do que aconteceu nesses 11 meses. Estamos preparando as coisas, todas as informações, e queria desejar aos telespectadores da Bandeirantes, às telespectadoras, à direção da Bandeirantes, e a vocês, que tenham a certeza absoluta de que nós teremos um 2004 infinitamente melhor.

A minha lógica é a seguinte: é preciso parar com essa história de vender pessimismo. Eu li, esses dias, uma pesquisa da Federação do Comércio de São Paulo, que dizia que o povo não vai comprar. Ora, eles fizeram a pesquisa, constataram uma dificuldade, eles têm que trabalhar exatamente ao contrário, para poder vender.

Ou seja, você não pode colocar o pessimismo do produto que você quer vender. Não existe lugar para pessimismo neste país, gente! Nós temos que acreditar em nós mesmos, nós temos que saber que quando as coisas estão difíceis, nós precisamos torná-las menos difíceis. Por isso, um feliz natal, um feliz ano novo. Que Deus, mais uma vez abençoe o povo brasileiro.

[/rss/cms/lrj](#)